



CÂMARA DE **FORTALEZA**

Gabinete Vereador Marcos Paulo

Indicação n.º

/2025

1826 / 2025

Dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos habitacionais implantados para fins de habitação de interesse social, desenvolvidos diretamente pelo Município de Fortaleza, e dá outras providências.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza:

O Vereador abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, conforme fundamentado no art. 138 do Regimento Interno, vem submeter à apreciação desta Augusta Casa de Leis a presente Indicação, a qual, depois de aprovada, será encaminhada ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para que este a envie ao Poder Legislativo na forma de Mensagem.

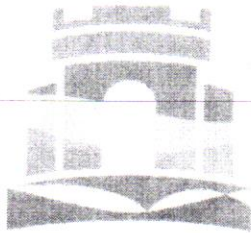
Departamento legislativo da câmara Municipal de Fortaleza, em de outubro de 2025.

Marcos Paulo – Progressistas

Vereador

3º Vice-Presidente da Mesa Diretora





CÂMARA DE FORTALEZA

Gabinete do Vereador Marcos Paulo

Indicação n.º

/2025

Ao Projeto de Lei n.º

/2025

Dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos habitacionais implantados para fins de habitação de interesse social, desenvolvidos diretamente pelo Município de Fortaleza, e dá outras providências.

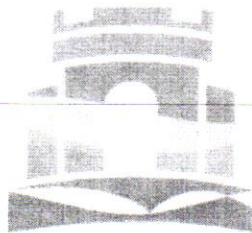
A Câmara Municipal de Fortaleza Aprova:

Art. 1º Esta Lei disciplina a regularização fundiária urbana (Reurb-S) de edificações, loteamentos, conjuntos e empreendimentos habitacionais implantados com o objetivo de garantir moradia digna às famílias de baixa renda, no âmbito de programas desenvolvidos diretamente pelo Município de Fortaleza/CE, observando-se os seguintes critérios:

- I** – residência comprovada em um **raio de até 2,5 km (dois quilômetros e meio)** do local do empreendimento;
- II** – **vínculo comunitário, educacional ou de saúde** com o território, visando a evitar deslocamento compulsório para bairros distantes;
- III** – atendimento aos critérios de **renda familiar e vulnerabilidade social** definidos em regulamento próprio.

Art. 2º A regularização fundiária prevista nesta Lei tem como objetivos:

- I** – assegurar o direito à moradia adequada e à permanência das famílias em seu território de origem;
- II** – promover a integração socioespacial e o acesso à infraestrutura urbana essencial;
- III** – garantir a função social da propriedade e da cidade, conforme os arts. 182 e 183 da Constituição Federal;
- IV** – prevenir o deslocamento forçado de famílias e a fragmentação de vínculos comunitários;
- V** – fomentar a inclusão urbana e a segurança jurídica da posse.



CÂMARA DE FORTALEZA

Gabinete do Vereador Marcos Paulo

Art. 3º A implementação das medidas de regularização fundiária urbana observará:

I – a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e demais normas federais e estaduais correlatas;

II – o Plano Diretor Participativo de Fortaleza e sua legislação complementar;

III – a atuação conjunta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) e da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), conforme suas competências institucionais.

Art. 4º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Reurb-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social): modalidade aplicável a núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda;

II – família beneficiária: aquela que comprove residência na área delimitada e se enquadre nos critérios de renda estabelecidos pelo Município;

III – vínculo territorial: relação comprovada de pertencimento comunitário, educacional, laboral ou de atendimento em unidade de saúde da região.

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação e parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive entidades sem fins lucrativos, para execução dos programas de regularização fundiária previstos nesta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal De Fortaleza, em de outubro de 2025.

Vereador Marcos Paulo – Progressistas
3º Vice-Presidente da Mesa Diretora



CÂMARA DE FORTALEZA

Gabinete do Vereador Marcos Paulo

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade **assegurar o direito à moradia digna** mediante a **regularização fundiária urbana de interesse social (Reurb-S)**, voltada a **famílias de baixa renda** beneficiárias de programas **desenvolvidos diretamente pelo Município de Fortaleza**.

O projeto estabelece que as famílias contempladas **devem residir em um raio de até 2,5 km (dois quilômetros e meio)** do empreendimento habitacional, garantindo **proximidade territorial, manutenção dos vínculos comunitários e continuidade do acesso à escola e ao posto de saúde de referência**.

A medida está em conformidade com a **Lei Federal nº 13.465/2017**, o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)** e o **Plano Diretor de Fortaleza**, promovendo uma política urbana **inclusiva, sustentável e socialmente justa**, que concretiza a **função social da cidade e da propriedade**.

Art. 8º – Compete ao Município:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.
- VII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Trata-se, portanto, de proposição plenamente compatível com as competências municipais, de **baixo custo orçamentário e alto impacto socioeconômico**, alinhada às políticas de estímulo à economia criativa e ao turismo sustentável.

Por tais razões, **submete-se esta Indicação à apreciação dos nobres pares**, confiando em sua aprovação.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal De Fortaleza, em de outubro de 2025.

Vereador Marcos Paulo – Progressistas

3º Vice-Presidente da Mesa Diretora